



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO - CRT**

7ª REUNIÃO DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Ata do dia 22 de maio de 2012.

Brasília – DF

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44

7ª REUNIÃO DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94

Dia: 22/05/2012

Local: Esplanada dos Ministérios – Bloco F- Sala 433

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e doze teve início a 7ª Reunião Ordinária do Conselho de Relações do Trabalho sob a presidência do Sr. Carlos Antonio Sasse e coordenação do Sr. Eudes da Silva Carneiro. Estiveram presentes: Sr. André Luis Grandizoli; Sr. Edmilson; Sr. Carlos Antônio Sasse; Sr. Ismael Silva Lisboa; Sr. Fábio Borges de Abreu; Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado; Sr. Nilton Fraiberg Machado; Sr. Luis Eduardo Lemos da Conceição; Sr. Rodolfo Péres Torelly; Sr. Renato Bignami; Sra. Sinara Neves Ferreira; Sr. Carlos Alberto de Oliveira Pereira; Sr. Joilson Antônio C. do Nascimento; Sr. Manoel Messias N. Melo; Sr. Clemente Ganz Lucio; Sr. Luiz Carlos Motta; Sr. Danilo Pereira da Silva; Sr. Hamilton Dias; Sr. Wilson Pereira; Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento; Sr. Cristiano Barreto Zaranza; Sra. Patrícia Cerqueira C. Duque; Sr. Emerson Casali Almeida; Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch; Sra. Joicy Damares Pereira; Sr. João Adilberto Pereira Xavier; Sra. Adriana Giuntini; Sr. Plínio Gustavo Sarti; Sr. Magnus Ribas Apostólico; Sr. Pablo Rolim Carneiro; Sra. Yedda Beatriz Gomes de Almeida; **ABERTURA.** O Senhor Carlos Antonio Sasse deu início a 7ª reunião Ordinária do Conselho de Relações do Trabalho se apresentando e relatou que havia tomado posse no cargo no dia anterior à reunião e por isso estava ali na condição de ouvinte e no intuito de conhecer os senhores participantes. Pediu ao Sr. Eudes que continuasse com a pauta. O Sr. Eudes cumprimentou a todos e pediu que todos se identificassem falando o nome e entidade para que ficasse gravado e como forma de apresentação para que o Doutor Carlos pudesse conhecê-los. Iniciou com o primeiro ponto que se tratava da aprovação da ata, cuja reunião acontecera no dia vinte e quatro de janeiro de dois mil e doze. E passou a palavra para o representante da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Messias Melo que saudou o Secretário do Ministério. Expressou seu otimismo e expectativa quanto à nova gestão que estava se iniciando. Defendeu um conselho de trabalho tripartite, como espaço para construção de consensos, e o fortalecimento do Conselho com uma pauta que envolvesse temas estruturantes, importantes para as bancadas. Sobre a ata anterior a bancada não teria nenhuma observação a fazer. O Sr. Emerson Casali representante da CNI cumprimentou a todos e concordou com o Senhor Messias no que se referia o fortalecimento do Conselho e enfatizou a importância da valorização do Conselho por parte do Ministério. E sugeriu maior diálogo para a construção de consenso, explicitando dissensos e resolvendo questões e poderiam, assim, chegar a um fortalecimento maior do Conselho e do próprio Ministério. Solicitou o reenvio da ata, pois havia extravios por problemas técnicos e prometeu a aprovação, ainda na mesma semana por parte da bancada. O Sr. Eudes registrou a solicitação e informou que colocaria a aprovação da Ata novamente em pauta na próxima reunião. Prosseguiu informando que houve uma primeira recomendação do CRT, que seria encaminhada para o Ministério do Esporte, no âmbito do Comitê Gestor da Copa do Mundo de Dois Mil e Quatorze (2014). Que não houve unanimidade quanto ao texto e por isso o texto deveria ser discutido e aprovado na reunião. Gostaria de saber, então qual o encaminhamento que o Conselho daria ao tema. O Sr. Emerson esclareceu que o que ficou definido e houve aprovação é que as premissas e atribuições seriam definidas na própria câmara (trabalho decente) e não no Conselho. Passou a palavra para a bancada dos trabalhadores que concordou com o texto e debate realizado. Sr. André Luis representando a Bancada do Governo concordou com o Senhor Messias. O Senhor Messias propôs a retirada do último item: estabelecimento de acordo marcos nacionais e internacionais, porque seria um posicionamento de mérito. O Sr. Emerson Casali explicou que para não ficar uma posição unilateral sugeriria, o quanto antes, a criação da câmara para inicializar a discussão. O Sr. Messias ponderou que para a criação da câmara seria necessário o objetivo e conteúdo da mesma e propôs que se deixasse o primeiro item, o segundo, o quarto e o penúltimo e se retirasse todos os outros itens. Sr. Magnus da CONSIF disse que bastaria, para motivar a criação

95 da câmara, a inclusão do primeiro e do segundo item. A bancada da Central Única dos
96 Trabalhadores concordou. O Sr. Eudes então encaminhou para aprovação. O Sr. Cristiano
97 argumentou que a manifestação seria por bancada e não individualmente por conselheiro. O Sr.
98 Eudes informou que quanto a isso não haveria problemas, pois poderia ser efetuada a alteração na
99 redação e se adaptar. Então considerou a Recomendação nº 001 do CRT aprovada nos termos dos
100 incisos 1(um) e 2 (dois). A seguir passou a palavra para o Sr. André Grandizoli para fazer uma
101 apresentação a respeito da tabelas de categorias. O Sr. André Grandizoli fez uma explanação sobre
102 o início da instituição do CNES; sobre os pontos positivos e negativos. Falou da necessidade de se
103 construir uma tabela de consenso o que poderia ser a partir do CNAE com os ajustes necessários e
104 que tivesse como base também o quadro 577. E agradeceu. Sr. Eudes fez a consideração de que
105 prosseguisse, mas seria importante ouvir as colocações das bancadas. O Sr. Emerson fez algumas
106 considerações a respeito desse tema, especialmente com relação à discussão se o quadro anexo ao
107 art. 577 foi ou não recepcionado e com relação à portaria 186. Por fim, ressaltou a necessidade da
108 formação de um grupo de trabalho para o aprofundamento no diagnóstico, definição dos interesses
109 comuns, diretrizes e soluções. O Senhor Messias ponderou que esse assunto necessitaria de tempo,
110 pois exige grande debate para se chegar a um consenso. E que esse debate estaria vinculado, na
111 opinião da bancada, à Portaria 186 que seria, então, em nível de Ministério. O Sr. Francisco Pegado
112 interpelou o Sr. André Grandizoli se o número de quatorze mil, novecentos e noventa e duas
113 (14.992) entidades com cadastro ativo seria de patronais e de trabalhadores. Exatamente isso,
114 respondeu o Sr. André Grandizoli. O Sr. Pereira colocou que estava de acordo com as considerações
115 gerais das bancadas e acrescentou que deveria entrar para a discussão temas como organização
116 sindical, categoria diferenciada, portaria 186 e parâmetros mínimos de eleição. O Sr. André
117 Grandizoli sugeriu a criação de um grupo menor de discussão para debater o tema, devido a sua
118 complexidade, para a formulação da nova tabela. O Sr. Emerson divergiu da sugestão do Sr. André.
119 Argumentou que um grupo menor de trabalho teria menos legitimidade. Sr. Joilson explicou que
120 entendia alguns debates no CRT e no Ministério do Trabalho com muitas preocupações. E que
121 divergia muito da implantação da Portaria 186. Expôs suas colocações. O Sr. Hamilton da Nova
122 Central Sindical concordou com a implantação do GT. O Sr. Messias concordou com a criação do
123 GT e informou que por parte da bancada dos trabalhadores poderia ter seis representantes um de
124 cada central, e que não precisaria ter paridade. Após alguns debates sobre a composição do GT o
125 coordenador Sr. Eudes propôs que os coordenadores das bancadas fizessem as indicações formais
126 para o CRT através de e-mail com os nomes e, definiu a data de cinco de junho de dois mil e doze
127 para instalação de grupo. E passou para o item cinco da pauta que se tratava do decreto 5674
128 publicado, no dia vinte e três de janeiro, pela presidenta Dilma a respeito da criação da Secretaria
129 de Relações do Trabalho no âmbito do Governo Federal. Nós nos manifestamos para o Ministro, e
130 então o Ministro, através de Aviso Ministerial, consultou, então, o Ministério do Planejamento
131 acerca de quais seriam os encaminhamentos a se dar com a criação do cadastro nacional das
132 entidades sindicais federais. A questão é se as reuniões da câmara tripartite dos servidores públicos
133 deveriam continuar, independente da resposta do Ministério do Planejamento, ou se deveria
134 aguardar uma definição por parte do Ministério. O Sr. Ismael explicou que esse decreto gerou
135 inúmeras dúvidas quanto onde ficaria o cadastro e se o MTE continuava emitindo Carta Sindical.
136 Na época o então Ministro Paulo Roberto teria encaminhado um Aviso Ministerial ao Ministério do
137 Planejamento e à Casa Civil, solicitando uma posição sobre esses assuntos citados. Porém, até a
138 presente reunião não teriam tido resposta dos mesmos. Sr. Eudes informou que esse tema teria sido
139 trazido ao plenário da câmara para ser deliberado pelo Conselho para saber qual o encaminhamento
140 que deveriam dar a esse tema. E passou a palavra à bancada dos trabalhadores na pessoa do Sr.
141 Messias. Este por sua vez depois de ponderar sobre o assunto informou que a posição da bancada é
142 que a câmara tripartite e também a bipartite deveriam ser mantidas, e retomar a pauta de discussões.
143 Sr. Emerson da bancada dos empregadores concordou com as colocações do Sr. Messias e
144 argumentou que não seria atribuição do Ministério do Planejamento cuidar de registro sindical. Sr.

145 André Grandizoli afirmou que o mais importante nisso tudo é que esse contato já houve com a
146 Secretaria de Trabalho do Ministério do Planejamento e que também aguardamos uma
147 manifestação. Que além do aviso ministerial houve realmente um contato direto com o Secretário e
148 ele ficou de nos posicionar assim que ele tivesse uma definição a respeito do assunto. Que estava
149 encaminhado, A bancada dos trabalhadores se manifestou que as reuniões devem continuar no
150 âmbito do Conselho de Relações de Trabalho, no que diz respeito à câmara bipartite Governo e
151 trabalhadores servidores públicos. Sr. Eudes passou a palavra para o Sr. Cristiano Zaranza que
152 explicitou seu sentimento de satisfação em relação à preocupação em preservar o papel do
153 Ministério, nas prerrogativas quanto ao registro sindical. Mas via com pesar não ter visto isso antes
154 da Constituição do GETRU (Grupo de Trabalho Rural). O Sr. Eudes informou que mediante as
155 manifestações das bancadas, a câmara Bipartite, então teria seu prosseguimento, com as reuniões
156 normais e seriam enviadas convocações. A pauta estaria aberta às sugestões de itens para inclusão.
157 O Senhor Messias lembrou-se de acrescentar que além da suspensão da reunião da câmara, o
158 Ministério do Trabalho adotou a medida de suspender o registro de qualquer entidade sindical de
159 servidores públicos. É sabido que também as entidades sindicais dos trabalhadores rurais têm
160 problemas com a suspensão. Pediu que voltasse a concessão dos registros sindicais. Sr. Cristiano
161 Zaranza informou que esse também seria um pedido por parte da CNA. O Sr. Eudes enfatizou que o
162 tema central era a continuidade da Câmara Bipartite. E sobre esse outro assunto, a decisão seria do
163 Ministro e sugeriu que as bancadas poderiam através das suas representações, apresentarem seus
164 argumentos perante o Ministro, porque não seria o caso do Conselho fazer essa interferência ou
165 manifestação junto ao Ministro, mas a ponderação seria considerada no Conselho, concluiu. O
166 Senhor Messias propôs a criação dentro da Câmara Bipartite - Governo e Trabalhadores a criação,
167 de um grupo de trabalho específico sobre a questão dos trabalhadores rurais; da situação da
168 organização dos trabalhadores rurais. O Sr. Eudes passou ao item seis da pauta, que seria uma
169 demanda que já vinha sendo pleiteada pelas duas bancadas, tanto pela dos empregadores como pela
170 dos trabalhadores. Apresentou o Sr. Edmilson da Secretaria de Relações do Trabalho que fez uma
171 apresentação sobre o Sistema Mediador. Explanou sobre as suas vantagens e atribuições que
172 favorecem à sociedade. Após a apresentação o Sr. Eudes perguntou se haveria algum comentário e
173 se poderia passar ao próximo ponto. Feitos alguns comentários, passou-se ao item sete que também
174 seria a apresentação de outro sistema desenvolvido pelo Ministério, e se extrapolasse o tempo
175 poderia ser feita a inversão de pauta e se retiraria algum tema, com a aprovação das bancadas. Após
176 concordância, deu-se a palavra à Senhora Sinara Ferreira, que se apresentou como substituta do
177 Diretor do Departamento e Emprego e Salário, Rodolfo Torelli. Explicou que se tratava de um
178 aplicativo recente para realizações das ações do SINE, que seria mais precisamente a intermediação
179 de mão de obra, a habilitação, a concessão de seguro desemprego e a qualificação profissional. E
180 que as grandes novidades desse sistema seriam que as diversas operadoras, nas três ações que são:
181 os postos de atendimento do SINE, a Superintendência do M.T.E e a Caixa Econômica, todos
182 estariam, agora, trabalhando no mesmo sistema de forma interligada. Falou sobre a revolução que o
183 programa trouxera, dos seus benefícios e os resultados positivos. O Sr. Eudes passou a palavra ao
184 Sr. Clemente da bancada dos trabalhadores, que parabenizou o trabalho do sistema mediador e
185 sugeriu que o Ministério adotasse como prioridade o investimento para o fortalecimento do sistema,
186 sugerindo que Conselho recomendasse que o Ministério desse prioridade número um para a
187 questão da intermediação. Sr. Eudes agradeceu e submeteu ao plenário a recomendação do Senhor
188 Clemente. Iniciou-se pela bancada dos empregadores. O Sr. Emerson considerou perfeita a análise
189 do Sr. Clemente e concordou. O Sr. Ismael ponderou que a recomendação ao Ministro fosse no
190 sentido de avançar, fazer gestão junto ao Ministério do Planejamento pela ampliação do quadro de
191 pessoal, devido à deficiência clara de funcionários. O Sr. Ismael propõe, ainda, que a SPPE fizesse
192 uma proposta de recomendação e encaminhasse por e-mail. Com a magnitude da discussão o Sr.
193 Eudes propôs que nomeassem um representante da bancada dos empregadores, um representante do
194 Ministério do Trabalho e Emprego e um representante dos trabalhadores e que estes trabalhassem

195 na redação dessa recomendação, para o texto ser aprovado, o que seria a recomendação de número
196 02 (dois). Todas as bancadas aprovaram. Em razão do tempo escasso, a sugestão da presidência é
197 que verificasse junto com as bancadas os temas mais urgentes para o caso de adiamento. O
198 encaminhamento era para que se destacasse o que iria continuar. O item oito ficou para ser
199 discutido na próxima reunião do Conselho. O Sr. Emerson pediu uma sugestão de pauta e passou
200 para o Sr. Cristiano, que pediu uma explicação por parte do Ministério quanto à suspensão dos
201 registros sindicais do sistema rural patronal e questionou sobre a conclusão dos trabalhos do
202 GETRU e sobre a participação de outros ministérios nessa seara. A Sra. Patrícia Duque em adendo
203 ao pedido do Sr. Cristiano questionou quanto ao andamento de processos de alteração e de registro
204 sindical das federações do comércio. O Sr. Eudes pediu ao Sr. Ismael que fizesse uma explanação
205 em poucas palavras. Feita a explanação o Sr. Cristiano enfatizou que se formalizasse seu pedido de
206 que fossem reavaliadas pelo Ministro, em caráter de urgência, essas suspensões de registro, porque
207 tendo expirado o prazo do GETRU seria necessário retomar a normalidade das publicações
208 deixando ainda registrado a sua inconformidade, irresignação quanto à suspensão sem prévia
209 notificação das entidades. Por sua vez a Sra. Patrícia ressaltou mais uma vez seu pedido de resposta
210 por parte do Ministério quanto ao não andamento de processos de alteração de denominação das
211 federações. Sr. André prometeu à Sra. Patrícia que verificaria o caso dos seus processos e muito em
212 breve lhe daria uma resposta. No caso do Sr. Cristiano seria em nível de Ministro e por isso seria
213 prudente que se fizessem ponderações diretamente ao Ministro. O Sr. Cristiano ponderou que a
214 questão é de ordem hierárquica, por isso estaria fazendo isso no Conselho, reconhecendo a
215 importância do Conselho e sua prerrogativa temática, e que formalmente estava fazendo um pedido,
216 enquanto Conselheiro, que isso seja tratado em caráter de urgência, porque isso seria uma
217 prerrogativa do Conselho e o Ministro precisaria se posicionar com urgência. O Sr. André afirmou
218 que a SRT encaminhará essa ponderação ao Ministro. O Sr. Carlos Sasse interrompeu para pedir
219 para ser liberado, pois teria que se retirar para uma audiência com o Ministro. Agradeceu a todos e
220 expressou que embora tivesse gostado muito da fala do representante da CNA, não poderia
221 transformar o Conselho em um fórum de reivindicação administrativa. O Senhor Messias
222 argumentou que na opinião da bancada dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho havia tomado
223 decisão unilateral na suspensão dos registros pela questão de não entendimento do conflito com o
224 Ministério do Planejamento. O espaço formal que se teria de manifestar sobre qualquer
225 discordância, seria no Conselho. A mesma coisa seria com os trabalhadores rurais. Estariam
226 indicando pela segunda vez esse tema e gostariam de discutir a questão sindical do ponto de vista da
227 relação dos trabalhadores nos sindicatos rurais e que a discussão fosse coletiva como o Sr. Cristiano
228 havia levantado as discussões. O Sr. Cristiano ressaltou que seria papel do Conselho e não questão
229 administrativa e seria prerrogativa do Conselho e citou o Artigo 1º “Instituir Conselho de natureza
230 orientadora com a finalidade de promover democratização das relações do trabalho tripartismo,
231 entendimento entre trabalhadores, empregadores e Governo Federal a respeito de temas relativos às
232 relações do trabalho e a organização sindical”. O Sr. Messias disse que, o item 9, movimentação de
233 mercadoria acaba envolvendo essa mesma discussão. Em relação ao item 10, atos antissindicais,
234 estavam em débito com o Governo porque assumiram um compromisso de dar uma posição final.
235 Em relação ao item 11 propôs que fosse reconvocada, com urgência, uma reunião da Câmara
236 Bipartite dos trabalhadores para discutir esses três temas, além do seu pleito para se criar um grupo
237 de trabalho específico sobre o trabalhador rural. Propôs que esses três itens fossem enviados para a
238 Câmara Bipartite. O Sr. André informou que falaria como Secretário Adjunto da Secretaria de
239 Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e levaria ao Ministro a preocupação de estar
240 parado o registro sindical rural e quanto à questão da Sra. Patrícia Duque trataria pessoalmente, pois
241 seria uma questão específica. O Sr. Eudes informou que para encerrar faria alguns
242 encaminhamentos: o item oito (8) fora encaminhado para a próxima reunião; Os itens nove (9), dez
243 (10) e onze (11), seriam discutidos inicialmente na Câmara Bipartite, pois teria um tema que
244 envolveria os empregadores, mas fora acordado em discutir primeiro na bancada dos trabalhadores

245 e então iria para a Câmara Bipartite dos trabalhadores. Os demais temas ficariam adiados para a
246 próxima reunião. Solicitou que as bancadas fizessem os encaminhamentos das suas propostas, o que
247 poderia ser feito com uns quinze dias de antecedência. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a
248 tratar o Sr. Eudes declarou encerrada a reunião e disse esperar que a próxima reunião seja no dia 25
249 de julho. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e,
250 depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em Reunião 22 de maio
251 de 2012.